



# Prefeitura Municipal de Castro

PUBLICADO EM 20/12/2022

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO Nº 2609

**LEI Nº 3981/2022**

**Súmula:** Altera disposições da Lei nº 3.689/2019.

**Art. 1º.** O artigo 8º da Lei nº 3.689/2019 passam a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 8º.** O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência é composto paritariamente por 32 (trinta e dois) membros, sendo 16 (dezesesseis) titulares e 16 (dezesesseis) suplentes, com mandato de 2 (dois) anos, assim distribuídos:

§ 1º Oito representantes da esfera não governamental, sendo:

I - Representantes de usuários com deficiência no município de Castro, representando os segmentos conforme segue:

- a) Área de deficiência auditiva;
- b) Área de deficiência física;
- c) Área de deficiência intelectual;
- d) Área de deficiência visual;
- e) Área de transtorno global do desenvolvimento de múltiplas deficiências.

II - Representantes de Entidades da Sociedade Civil ligadas ao atendimento e defesa dos direitos da pessoa com deficiência;

III – Representantes de Organização da Sociedade Civil que prestam serviços públicos para pessoas com deficiência no município de Castro, legalmente constituídas e em funcionamento;

IV - Representante de trabalhadores do setor, com comprovação e registro de classe;



# Prefeitura Municipal de Castro

§ 2º Oito representantes da esfera governamental, prioritariamente das áreas de saúde, educação, assistência social, esporte, cultura, trabalho, infraestrutura, jurídica e/ou outras afins.

§ 3º Os representantes do governo municipal serão indicados pelo Executivo, e os representantes da sociedade civil serão eleitos em assembleias próprias, de acordo com os segmentos representados, previsto nos incisos I, II e III, deste Artigo.

§ 4º No caso de faltas ou impedimentos, ou em caso de vacância da titularidade, a substituição do titular pelos suplentes, será pelo período até o encerramento do mandato em trânsito.

§ 5º A eleição do Presidente e do Vice-Presidente respeitará a paridade e a alternância entre a representação governamental e a sociedade civil, de acordo com o período da gestão, com um mandato de 1(um) ano para cada segmento público ou privado, a partir da posse.

**Art. 3º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Castro, em 16 de dezembro de 2022.

**ÁLVARO TELLES**  
**PREFEITO MUNICIPAL**